

## Jurandyr Bueno Filho e a cidade como obra coletiva

ADALBERTO RETTO JÚNIOR

No contexto do IV Projeto Charrette do Unisagrado, honra-me participar, como convidado, da celebração dedicada à trajetória do arquiteto Jurandyr Bueno Filho. A ocasião oferece oportunidade singular para revisitar uma dimensão fundamental da história recente de Bauru: aquela em que arquitetura, planejamento e vida urbana se entrelaçam na construção da cidade. Nome incontornável da paisagem arquitetônica local, Jurandyr deixou marcas que ultrapassam o edifício isolado e alcançam o espaço público, a memória coletiva e a própria identidade urbana bauruense.

Nesse percurso, um momento decisivo merece destaque: sua participação no Plano Diretor de Bauru de 1967. Revisitar esse documento significa compreender o encontro entre duas histórias simultâneas — a transformação urbana do município e a formação de um profissional que se tornaria referência local. O plano não foi apenas marco técnico do planejamento municipal. Assinalou também o momento em que Jurandyr Bueno passou a afirmar-se como agente relevante da modernização urbana da cidade.

A partir dessa experiência, sua atuação ultrapassou o campo estritamente profissional e projetou-se na esfera pública, onde viria a exercer papel importante como técnico comprometido com diretrizes urbanas e administrativas voltadas ao desenvolvimento de Bauru.

O Plano Diretor foi elaborado pelo Centro de Pesquisa e Estudos Urbanísticos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU-USP). Em meio ao acelerado crescimento das cidades brasileiras nas décadas de 1950 e 1960, a instituição assumiu papel pioneiro ao aproximar universidade e poder público, oferecendo suporte técnico a municípios que buscavam orientar seu crescimento com racionalidade, visão de futuro e capacidade administrativa.

Bauru integrou esse conjunto de experiências de maneira particularmente significativa. Já se afirmava como centro regional estratégico do interior paulista, articulando comércio, serviços, circulação e expansão urbana. Sua histórica condição de entroncamento ferroviário, somada às novas demandas trazidas pelo crescimento populacional e econômico, tornava indispensável pensar seu futuro por meio de instrumentos modernos de planejamento.

A coordenação geral dos trabalhos coube ao professor Brenno Cyrino Nogueira. No plano local, a interlocução institucional esteve sob responsabilidade do engenheiro José da Silva Martha Filho, durante a gestão do prefeito Nuno de Assis. Essa parceria entre universidade pública e administração municipal revela

compreensão avançada para a época: cidades de porte médio já exigiam conhecimento técnico, continuidade administrativa e estruturas permanentes de gestão.

Convém lembrar que Bauru se movia, naquele momento, em sintonia com o que havia de mais avançado no urbanismo brasileiro. Em 1965, Jaime Lerner participou da criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), organismo que mais tarde alcançaria reconhecimento nacional e internacional. Guardadas as diferenças de escala e contexto, a defesa, em Bauru, de um Escritório de Planejamento permanente revelava afinidade com essa mesma agenda inovadora.

Ou seja, Bauru não se encontrava à margem dos debates do período. Ao contrário, inseria-se entre as experiências mais qualificadas do planejamento urbano brasileiro ao compreender que planos diretores exigiam institucionalidade própria, equipes técnicas permanentes e capacidade de converter diretrizes em ação pública.

Essa dimensão institucional talvez constitua a contribuição mais sofisticada do Plano Diretor de 1967. O documento afirmava com clareza que o planejamento não se encerrava na elaboração do plano. Deveria converter-se, isto sim, em atividade permanente da administração municipal. Ainda hoje, muitas cidades enfrentam justamente essa dificuldade: elaboram planos, mas não constroem estruturas capazes de implementá-los. Bauru, em 1967, já era chamada a enfrentar esse desafio com apoio da universidade pública e com visão notavelmente avançada.

É nesse contexto que surge a participação de Jurandyr Bueno. Nascido em Bauru e formado pela própria FAU-USP em 1967, integrou a equipe técnica responsável pelo plano. Sua presença tinha valor simbólico e concreto: um jovem arquiteto bauruense, formado na principal escola de arquitetura do país, retornava à sua cidade trazendo consigo o repertório intelectual e técnico mais atualizado de seu tempo.

Embora sua trajetória viesse a afirmar-se sobretudo no campo da arquitetura, sua passagem pelo Plano Diretor revela sensibilidade para as questões urbanas e para a dimensão pública do projeto. Seu percurso profissional demonstraria, nos anos seguintes, que arquitetura e cidade não se separam. Em diversas obras, soube articular de modo exemplar edifício, infraestrutura, paisagem e espaço coletivo.

Ao longo das décadas seguintes, Jurandyr Bueno consolidou-se como um dos mais importantes arquitetos de Bauru, à frente de escritório atuante e responsável por obras que contribuiriam decisivamente para qualificar a paisagem urbana local.

Entre essas realizações, destaca-se o Parque Vitória Régia, obra emblemática

na memória coletiva da cidade. Ali, arquitetura, paisagem, infraestrutura e espaço público se articulam de maneira singular, produzindo uma das imagens mais reconhecíveis de Bauru. Mais do que equipamento urbano, o parque tornou-se símbolo de pertencimento e representação — um verdadeiro cartão-postal da cidade.

Se o Plano Diretor revela Jurandyr pensando Bauru, o Parque Vitória Régia revela Jurandyr ajudando a desenhar sua imagem pública.

Jurandyr Bueno foi também intérprete da chamada Escola Paulista de Arquitetura. Em sua obra reconhecem-se valores caros a essa tradição: clareza estrutural, rigor construtivo, valorização do concreto aparente, síntese formal e entendimento da arquitetura como fato coletivo.

A própria materialidade do Parque Vitória Régia reforça essa leitura. O uso do concreto aparente, particularmente presente nas aletas e elementos estruturadores do conjunto, não se reduz a uma escolha estética. Expressa uma ética construtiva fundada na clareza estrutural, na economia de meios e na afirmação da infraestrutura como linguagem.

Ao recordar sua participação no Plano Diretor de 1967, percebe-se que ali já se anunciavam elementos que marcariam sua trajetória: compromisso com a cidade, compreensão da dimensão pública do espaço e confiança no projeto como instrumento de transformação.

Essa combinação entre visão institucional e qualidade projetual ajuda a compreender o ambiente em que Jurandyr se formou e atuou. Pertenceu a uma geração que via a arquitetura não apenas como profissão liberal, mas como contribuição concreta para a vida urbana.

Homenagear Jurandyr Bueno, portanto, é homenagear mais do que um autor de obras relevantes. É reconhecer alguém que ajudou a dar forma material à cidade, que traduziu em arquitetura valores públicos duradouros e que soube trazer para Bauru o melhor da cultura arquitetônica brasileira de seu tempo.

É também ocasião para cumprimentar a instituição Unisagrado, que, ao acolher e preservar seu acervo, presta relevante serviço à memória cultural da cidade. Ao reunir documentos, desenhos e registros de sua produção, permite que novas gerações conheçam, estudem e valorizem a contribuição de Jurandyr Bueno para Bauru.

Alguns profissionais constroem edifícios. Outros ajudam a construir a identidade de uma cidade. Jurandyr Bueno pertence a esse segundo e raro grupo.

● **O autor** é doutor pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo e pelo Departamento de História da Arquitetura e Urbanismo do Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza - Itália

### VOTO POR BAURU

Bom dia, mais um ano de eleições para deputados federal e estadual e já vejo por meio das movimentações políticas que muito provavelmente não teremos candidatos genuínos de Bauru nos representando.

Venho de uma geração das dobradinhas Sbeghen/Franciscato, Purini/Tidei, que mesmo em partidos opostos faziam e traziam tudo para nossa cidade.

Hoje o que vemos são lideranças sem expressão, alguns postulantes que não se compõe em prol da cidade e, principalmente, muitas lideranças que estão de braços dados com postulantes de cidades vizinhas e que se dizem bauruenses!

Todo o ano é isso, depois das dobradinhas que disse atrás, tivemos isoladamente um ou outro na Assembleia e na Câmara, mas sem continuidade, exceto liderança isolada na Assembleia Legislativa, mas que já se aposentou.

Não estou defendendo voto nesse ou naquele, estou defendendo voto em Bauru, a cidade perde sem verbas, emendas e etc e se troca por migalhas prometidas e alinhadas pelos paraquedistas, sem contar os votos dos que nem na cidade colocam os pés, os tiriricas da vida.

Pensem melhor, bauruenses de verdade, pode parecer bobagem, mas talvez este ano tenhamos a oportunidade de resolver isso, ou então continuar repetindo esta novela e ficando cada vez mais para trás.

Meu voto é por Bauru.

Saudações

● **Nael Alvarez Camargo**

### 96 FM - PARABÉNS!

Ouço diariamente quando estou na cozinha essa rádio.

Hoje tive o prazer de ouvir músicas lindas com grandes intérpretes, que já não se ouvem mais...

Alguns nem estão mais entre nós, como Tim Maia, Gal Costa, Moraes Moreira... Só ouço a 96.

Por outro lado, também tenho o prazer de ouvir a grande Mari-sa Monte, dentre outros.

Muito boa a programação da 96! Continuem assim!

Sei perfeitamente ouvir músicas no celular, mas gosto da programação da 96...

Continuem assim.

Bom lembrar!

Parabéns, FM 96!

● **Carlota Magalhães**

## Eleições

HUMBERTO SCHUWARTZ SOARES

Nas eleições de 2022 aconteceram muitas reclamações ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), não atendidas, no Nordeste, quanto a inser-

ções pagas à mídia e não realizadas.

Em julho de 2023, numa convenção estudantil, um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) declarou: “nós vencemos o bolsonarismo”... e nada

aconteceu.

Agora, nas eleições 2026, além do TSE, em caso de impacto eleitoral, como foram as críticas dos pré-candidatos Zema e Vieira, o STF quer legalmente atuar nessas interfe-

rências indevidas.

É atribuição do TSE o total domínio do processo eleitoral e é um braço do STF, mas o STF quer mais poder.

O correto seria a composição de pessoas físicas apolíticas no TSE, com ele-

vado saber jurídico e conduta ilibada.

Até parece que o STF não tem nenhum processo engavetado.

● **O autor** é colaborador de Opinião